



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7295 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: “AS DORES E AS DELÍCIAS”**

Ednéia Malria Azevedo Machado - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Marta Regina Brostolin - MSMT-UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: não

**COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: “as dores e as delícias”**

Últimos 30 anos constituíram um marco significativo na garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros principalmente em relação à infância. Diversos setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, intensificaram suas lutas sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Neste período destacamos a promulgação da Constituição Federal em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, n. 9.394/1996, que incluiu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

A referida lei veio para regulamentar e delinear uma nova concepção de Educação Infantil no país, em que a criança, aqui compreendida na perspectiva da Sociologia da Infância como sujeito concreto que integra a categoria social do tipo geracional, passa a ser vista como sujeito de direitos considerando suas especificidades.

A partir dessa contextualização, indagamos se é possível consolidar a Educação Infantil enquanto espaço legítimo de educação que ultrapasse muros institucionais e se torne projeto de uma sociedade, uma vez que a realidade da infância no Brasil ainda é altamente excludente.

Neste contexto, a inclusão das creches e pré-Escolas no sistema educacional pela LDBEN, Lei n. 9394/96, significou pensar a Educação Infantil numa perspectiva mais ampla e complexa, implicando assim no levantamento de discussões profundas em relação à finalidade desta etapa da educação básica. À vista disso, temos um crescente movimento para

que a Educação Infantil deixe de ser tratada como assistencialismo e passe a ser pensada de forma educacional tendo como eixo principal a indissociabilidade do cuidar e o educar.

Nesta perspectiva, a ampliação das teorizações e avanços nas pesquisas em relação aos estudos e atendimentos às crianças de 0 a 5 anos de idade, bem como a legislação referente e os documentos oficiais contribuíram significativamente para as discussões a respeito da formação dos profissionais da Educação Infantil.

Desde a década de 1970 há a discussão acadêmica da temática e, posteriormente, repercutiu com a materialização de textos legais, como o Estatuto da Criança de Adolescente (ECA), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), como fundamentais referenciais para a consolidação desta etapa nos sistemas educacionais. (BRASIL, 1990, 2009).

Deste modo, no conjunto deste delineamento situamos a presença da Coordenação Pedagógica nas creches e pré-escolas brasileiras que assim como a Educação Infantil, representa uma função que exige especificidades, tais como: conhecimentos sobre a infância, movimento, o ato de brincar, a arte, as interações e a humanização como eixos orientadores do trabalho pedagógico. No entanto, a atuação deste profissional no âmbito da Educação Infantil tem sido pouco investigada, inclusive no Estado de Rondônia, afirmação está ancorada a partir do estado do conhecimento realizado na fase inicial da pesquisa.

Diante deste contexto, este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Doutorado em andamento que tem por foco a formação e atuação do coordenador pedagógico na Educação Infantil e por objetivo discutir os desafios da coordenação pedagógica na Educação Infantil. Optamos pela condução de um estudo de cunho qualitativo, que conforme Lüdke e André se “desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” (LÜDKE e ANDRÉ 1986, p.18).

### **“As Dores e Delícias” de ser Coordenadora Pedagógica na Educação Infantil**

Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista semiestruturada, uma vez que “[...] têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados” (ANDRÉ, 1995, p. 28). Realizamos a entrevista com cinco coordenadoras pedagógicas que atuam nas instituições de Educação Infantil do município de Ji-Paraná-RO. Neste texto abordaremos apenas uma das questões contidas no roteiro, ou seja, “As dores e as delícias de ser Coordenadora Pedagógica na Educação Infantil”.

Para preservar a identidade das participantes da pesquisa utilizamos “CP” para “Coordenador Pedagógico” e o número correspondente a sequência em que foram realizadas as entrevistas. Sendo assim, eles aparecem como: CP1, CP2, CP3, CP4, CP5. Vale mencionar que a entrevista foi gravada com a devida autorização das Coordenadoras Pedagógicas e transcrita na íntegra, como forma de garantir a fidedignidade. Utilizamos o termo Coordenadoras considerando os estudos de gênero, pois todas pertencem ao sexo feminino. O tempo de atuação destas profissionais na Educação varia de 5 a 17 anos entre Educação Infantil e Ensino Fundamental e todas possuem graduação em Pedagogia e são concursadas.

Os dados coletados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo,

proposto por Bardin (1977 p. 42), “[...] como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos com o objetivo de descrição do conteúdo”. Portanto, este referencial enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta.

As análises nos permitiram entender que a atuação na coordenação pedagógica está baseada nas escolhas e também nos desafios em relação as atividades exercidas, ou seja, as atribuições e os desafios que acontecem no cotidiano das instituições, uma vez que o ato educativo é complexo e cheio contradições.

Nas leituras que realizamos, autores como Almeida (2015), Placco (2012) e Domingues (2014), apontam as dificuldades de atuação dos Coordenadores, vejamos então o que relatam nossas colaboradoras da pesquisa.

Eu penso que as dificuldades que encontrei enquanto coordenação pedagógica, era assim, de repente uma limitação minha[...] ausência de alguns conhecimentos necessários enquanto coordenadora, porque assim, não tive auxílio na formação, olha o papel da coordenação pedagógica é assim, então, não tive uma formação específica (CP1).

Eu vejo como dificuldade é a rotatividade do corpo docente[...] (CP2).

Uma das maiores dificuldades que enfrento como coordenadora pedagógica é a falta da participação de alguns pais no acompanhamento da aprendizagem da criança [...] (CP4).

Como percebemos as dificuldades são de ordem diversas, mas que angustiam e desafiam os coordenadores em suas atuações. Da compreensão de como sua falta de experiência pode dificultar o exercício profissional, como também em relação a rotatividade de professores que é uma questão mais ampla e que não depende exclusivamente das ações do Coordenador. Assim percebemos a amplitude da atuação do CP e de suas dores diárias.

Quando questionadas sobre as atividades que mais se identificam, as colaboradoras trazem questões que estão relacionadas diretamente com sua atuação e especificidades da função, que podemos dizer que são as delícias de ser coordenadora e aí percebemos no encantamento o envolvimento com o trabalho no cotidiano escolar, apesar das dores

[...] O que eu mais me identifico é própria formação. A questão de auxiliar os professores, e ver como que isso está acontecendo lá na prática e que essa formação está contribuindo para garantir os direitos das crianças, que as crianças estão vivenciando as experiências. Então, isso para mim é o melhor (CP1).

[...] acompanhar o meu professor no dia a dia, junto com ele caminhar, ajudá-lo a refletir sobre a prática. Porque se caminho com ele, estou aqui como parceiro[...] (CP2).

A atividade que mais me identifico como coordenadora na educação

infantil, é a orientação direta com os pais. Principalmente quando acontece as reuniões pedagógicas[...] (CP4).

[...] foi muito gratificante, o pouco que eu pude passar e acompanhar esse processo do professor, esse entendimento de como que é, como que faz, das etapas de projeto. [...] este diálogo com o professor eu acho muito gostoso, muito prazeroso mesmo, me sinto feliz, do pouquinho que eu consigo contribuir no diálogo com ele, muitas vezes, no fazer pensar [...] (CP5).

As atividades que as coordenadoras mais se identificam estão relacionadas com as atividades de acompanhamento dos professores e a formação continuada. Esta é uma das principais atribuições de atuação do CP e está relacionada com as práticas docentes que estão ligadas a concepção de Educação Infantil como espaço produzido pelos adultos para as crianças.

Acreditamos que desta maneira, o Coordenador vai ampliando seu trabalho e deixando para traz a ideia que suas atividades estão pautadas apenas na técnica e na burocracia, “mas que como uma prática intelectual se modifica em decorrência do tempo histórico, das mudanças sociais e políticas e das experiências vivenciadas pelos educadores no contexto educativo” (DOMINGUES, 2014, p. 17).

**Palavras chave:** Coordenação Pedagógica. Educação Infantil. Atuação

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ALMEIDA, L.R. A dimensão relacional no processo de formação docente. In.: ALMEIDA, L.R. et. al. **O coordenador pedagógico e formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 2015

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federal do Brasil**. Imprensa Oficial, Brasília, D.F, 1988.

BRASIL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** , Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Disponível em PDF in <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/eca.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2014.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PLACCO, V. M. N. S. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.